

ACTA Nº 6

Acta da Sessão Ordinária do dia 30 de Junho de 2006

----- Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e seis, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho e na sua Sala de Sessões, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, sob a presidência do Senhor Jorge Domingues Camarneiro, secretariado pelo senhor Manuel Marcelino dos Santos Manangão e pelo senhor Hugo Ribeiro Jorge, respectivamente primeiro e segundo secretários. -----

----- Feita a chamada, verificou-se que faltaram à presente Sessão os seguintes deputados municipais: Dina Ribeiro, Joaquim Plácido, José Amaral Lázaro, Licínio Ramos, Luísa Costa, Manuel Neto, Manuel Pereira, Manuel Bogalho, Maria Helena Marques, Maria Dulcília Sereno, Mário Pedrosa da Silva e Tony Almeida. -----

----- O senhor deputado Paulo Alexandre Pinho dos Santos esteve presente em substituição do senhor deputado Joaquim Plácido; o senhor deputado Albano Gonçalves esteve presente em substituição da senhora deputada Maria Helena Marques; o senhor deputado Manuel Bertolino Reverendo esteve presente em substituição do senhor deputado Licínio Ramos; a senhora deputada Rosa Martins esteve presente em substituição da senhora deputada Maria Dulcília Sereno. -----

----- Da parte do executivo estiveram presentes o senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores Carlos Neves, Albina Rocha, Fernando Capela e Manuel Frade. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa leu um comunicado do grupo municipal do CDS/PP, o qual legitimava a falta de comparência dos seus deputados, pois não teriam sido cumpridos os prazos de convocatória, definidos pelo número um do artigo decimo oitavo do regimento da Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa justificou o atraso no envio das convocatórias com o facto de ter ocorrido um problema de som com a gravação da última Sessão, o que atrasou a elaboração da acta e impossibilitou o envio da convocatória dentro dos prazos definidos no Regimento. -----

----- De seguida foi colocada a discussão e a votação a acta da Sessão anterior. -----

----- Após a votação a acta foi aprovada com quatro abstenções. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Mesa referiu-se à correspondência recebida e expedida, ficando a mesma ao dispor dos senhores deputados para eventual consulta. -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

----- A senhora deputada Elisabete Pequeno mostrou alguma indignação com o facto de a sua filha ter sido atacada por um cão vadio no seu próprio terraço, o que a levou a questionar o executivo sobre o funcionamento do canil municipal. -----

----- A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos começou por felicitar a Câmara Municipal pela iniciativa da corrida de mulheres contra o cancro da mama. Saudou também a noite dedicada a São João, que considerou que correu bastante bem, e congratulando-se com o apoio prestado pela Câmara à banda, pois acha que esta está a realizar um trabalho cultural e social marcante. Não deixou de lamentar a falta das marchas populares, que considerou ser uma tradição que não deveria acabar e que deveria ser mais apoiada pela Câmara Municipal.

Relativamente à questão da demolição do quartel dos bombeiros, e após alguma reflexão, referiu que esta perspectiva até seria racional, o que não era racional era a quantidade de obras públicas e privadas de associações e colectividades realizadas neste concelho, que quer pela falta de qualidade ou pela falta de razoabilidade no seu dimensionamento, rapidamente ficavam fora de moda e rapidamente deixavam de servir as necessidades do concelho, dando como exemplos de mau funcionamento e de má gestão de dinheiros públicos o saneamento, a estação de tratamentos, a central de camionagem, o mercado, o quartel da GNR, o centro de saúde, o pavilhão. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta começou por considerar brilhante ao nível da acutilância, oportunidade e sentido de humor, a intervenção da senhora deputada Ana Maria Vasconcelos. Relativamente à questão da falta dos deputados do grupo municipal do CDS/PP, respeitou a posição por estes assumida, concordando com os fundamentos invocados, apenas discordando do sentido de oportunidade. Lamentou e solicitou que a situação das convocatórias não voltasse a repetir-se, lembrando também a falta de conteúdo documental. De seguida, demonstrou mais uma vez o seu desagrado pelo horário das sessões, defendendo uma hora mais compatível com as possibilidades de todos, deixando a hipótese de se poder pensar na possibilidade de algumas sessões, sem caso de necessidade, poderem ser retomadas noutra dia diferente, para se poder discutir os temas com mais calma e maior responsabilidade. O senhor deputado mostrou ainda alguma preocupação com o que estava acontecer com o Grupo Desportivo de Calvão, que estava a atravessar um crise directiva, solicitando ao senhor Presidente da Câmara que intercedesse no sentido de resolver esta situação. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado felicitou a senhora deputada Ana Maria Vasconcelos, pelas palavras e pela intervenção relativa às obras públicas, com a qual concordou totalmente. Congratulou-se depois com a maneira como decorreu a semana cultural. Seguidamente, questionou o executivo sobre a situação do encerramento das escolas e se realmente as escolas da Lavandeira e de Boco iriam ser encerradas. No respeitante ao Plano Intermunicipal da Ria de Aveiro, considerou um plano de extrema importância para o concelho e interrogou sobre o ponto da situação. Referindo-se à lei das finanças locais, mostrou algum desagrado com esta, e considerou que se tratava de um presente envenenado que o governo atribuiu as autarquias. Por fim lamentou a ausência do grupo municipal do CDS/PP, considerando que estes não tiveram bom senso, pois o atraso foi de apenas um dia. -----

----- O senhor deputado André Pinho começou por dar os parabéns à Câmara Municipal, nomeadamente ao senhor Vereador Fernando Capela e às pessoas que trabalharam na organização do torneio inter freguesias de futebol, congratulando-se com a existência de eventos culturais e desportivos no concelho. -----

----- O senhor Presidente da Câmara começou por explicar o funcionamento do canil, referindo que existe um acordo com a associação Gaticão, e que no âmbito deste acordo foram construídas instalações na ETAR da Vagueira, ficando a Câmara Municipal apenas com o ónus de captura dos animais, como está definido na Lei. Relativamente às marchas populares, considerou que nos últimos anos estas conseguiram uma dimensão em termos de assistência, participação e uma qualidade fora do comum, e que a Câmara Municipal sempre apoiou as juntas de freguesias, para que as marchas se pudessem sempre realizar. No entanto, a ideia que ao longo deste tempo os presidentes de junta transmitiram ao executivo era da extrema dificuldade em reunir o número de pessoas

necessárias, todos os anos, ficando acordado que as marchas se iriam começar a realizar de dois em dois anos. Ainda acerca deste assunto frisou que não será por falta de apoio da Câmara Municipal que deixará de haver falta de associativismo no concelho de Vagos. Manifestou-se de acordo com a ideia da senhora deputada Ana Maria Vasconcelos, no respeitante à arquitectura, sublinhando o esforço deste executivo na política de preservação e recuperação dos imóveis que do ponto de vista histórico-cultural tenham um valor reconhecido. Em resposta ao senhor deputado Mário Tarenta, considerou que o problema do Grupo Desportivo de Calvão era um problema de associativismo, mas que iria interceder junto dos dirigentes existentes e junto da freguesia para que se arranje uma solução para que o Grupo Desportivo de Calvão não acabe. Acerca do Plano Intermunicipal da Ria de Aveiro, agora denominado UNIR@Ria, referiu que a Câmara foi notificada para agendar, com carácter de urgência, nas sessões da Assembleia Municipal do mês de Junho, a aprovação deste Plano. Como este mexia com interesses muito sensíveis, mais precisamente o Rio Boco, o Canal de Mira, a Praia da Vagueira e a Floresta, e dado ser um documento bastante denso, considerou que tinha um conteúdo que sujeitaria alguma problemática e que exigiria algum tempo para se debater em Assembleia Municipal. Entretanto a Câmara Municipal foi notificada pela AMRia da falta de um parecer da CCDR/C, não podendo o documento ser levado a discussão nas sessões das Assembleias dos vários municípios. Relativamente às escolas da Lavandeira e Boco, foi decidido o seu não encerramento, após algumas negociações com a Direcção Regional de Educação do Centro (DREC). Esta informação foi enviada ao senhor Secretário de Estado e à senhora Ministra da Educação. Numa primeira fase, foi dado a entender que o acordo iria ser respeitado, mas após o lançamento de concurso de provimento de lugares dos professores nas escolas, observou-se que na lista de concurso não constavam as escolas da Boco e da Lavandeira, o que significava que, e apesar de não haver nenhuma notificação, a decisão final é a de encerrar as escolas referidas. Quanto à lei das finanças locais, considerou que existe uma intenção clara deste Governo em diminuir a influência do poder local. O que está previsto na nova lei das finanças locais é extraordinariamente grave, pois apesar de aumentar as competências das autarquias, as receitas serão reduzidas, bem como controladas as despesas com pessoal, contradição bastante grave e penosa para as autarquias. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta aproveitou para agradecer a receptividade do senhor Presidente da Câmara para contactar, motivar e incentivar as pessoas de Calvão, mas acrescentou que a crise no Grupo Desportivo de Calvão não era de associativismo, mas sim de dirigismo. -----

----- A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos louvou o executivo, pela sensatez na recuperação do edifício onde funciona nesta momento a Câmara Municipal e elogiou também o caminho que o executivo escolheu para resolver o assunto dos animais abandonados. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**PONTO UM – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

----- O senhor Presidente da Câmara informou que foi entregue a todas as bancadas a documentação necessária. --

----- O senhor deputado Silvério Regalado aproveitou para agradecer ao senhor Presidente da Câmara a brevidade e a descrição com que foi enviada a informação. -----

-----PONTO DOIS – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DE INSTALAÇÕES AGRÍCOLAS DE LUIS MIGUEL FELICIO DE PINHO. -----

-----O senhor Presidente da Câmara começou por referir que este era um processo que se arrastava há muito tempo, e que Luís Pinho era um jovem agricultor com formação na Escola Profissional de Agricultura de Vagos, com um gosto muito especial e cada vez mais raro pela agricultura e pelas actividades agropecuárias. Numa das visitas periódicas da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral (DRABL) para avaliar as condições da vacaria e ordenha, foram-lhe impostas, de acordo com a nova legislação, uma série de regras para que o estabelecimento continuasse a funcionar. Após as modificações necessárias, a vacaria obteve pareceres favoráveis quer da DRABL quer da Comissão da Reserva Agrícola da Beira Litoral, subsistindo o problema do terreno estar incluído também em Reserva Ecológica Nacional (REN). Após estudar o processo, afigurou-se como única solução a solicitação de declaração de Interesse Público, que é uma das excepções da REN, tendo este caminho também sido indicado por escrito pela própria CDDR/C. Por estas razões e por ser um dos maiores produtores de leite do concelho, o executivo vem requerer à Assembleia Municipal a declaração de Interesse Público Municipal, para que o processo siga os trâmites para a sua legalização e licenciamento. -----

----- A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos lamentou a falta de informação e de documentos explicativos sobre este processo, considerando que não tinha os elementos necessários para tomar uma decisão séria no sentido de declarar o Interesse Público deste projecto. -----

----- O senhor deputado Evangelista Gadelho considerou que se deve apoiar os jovens com formação que querem progredir na vida a fazer o que gostam e sendo este um tema que o sensibilizava bastante, informou que iria votar favoravelmente. -----

----- O senhor deputado João Carlos Regalado, demonstrando alguma emoção devido ao tema e à tradição de Vagos no sector leiteiro, informou o seu voto favorável a este processo e solicitou aos outros membros da Assembleia a aprovação unânime desta medida. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado começou por afirmar que era preciso incentivar este tipo de projectos, para que a agricultura no concelho ganhe uma nova força e volte a ter a importância que já teve no passado. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta concordou com a intervenção da senhora deputada Ana Maria Vasconcelos e reforçou-a, esclarecendo que não era o mérito do estabelecimento que estava em causa, mas sim a falta de elementos para se poder fazer um apreciação crítica, criteriosa e para poder votar de forma consciente. -----

----- A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos afirmou que não se podia tomar decisões relacionadas com a ecologia de ânimo leve, principalmente no concelho de Vagos, muito sensível no aspecto ecológico. -----

----- O senhor Presidente da Câmara informou que se todos os deputados quiserem fotocópias do todo o processo, plantas incluídas, a Câmara Municipal fará questão de as fornecer e estará sempre disponível para esclarecer todas

as dúvidas. Esclareceu ainda que o que está em causa é a adaptação das instalações existentes para poderem cumprir as directivas comunitárias que exigem o respeito ambiental. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou o documento à votação. -----

----- Realizada a votação, a declaração de Interesse Público Municipal foi aprovada com vinte e dois votos a favor e dois votos contra. -----

-----PONTO TRÊS – APRECIÇÃO DA SUSPENSÃO DO MANDATO DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MÁRIO PEDROSA DA SILVA-----

----- O senhor Presidente da Mesa leu um comunicado do senhor deputado Mário Pedrosa da Silva, que por motivos profissionais inadiáveis, solicitava a suspensão do mandato de deputado pelo período de um ano. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou a solicitação à votação, explicando que se tratava de cumprir o estipulado no Regimento. -----

----- O pedido de suspensão do mandato do senhor deputado Mário Pedrosa da Silva foi aprovado por unanimidade. -----

----- Não havendo na sala público para intervir, passou-se à leitura da minuta da Sessão. -----

----- De imediato o segundo secretário, Hugo Ribeiro Jorge, procedeu à leitura da minuta da acta da presente Sessão. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou a minuta da acta à votação, tendo esta sido aprovada por unanimidade.-

----- E nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a Sessão da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----